

As artes de maldizer*

Marcos Guedes Veneu

JULGARÁ O LEITOR DESAVISADO, como também eu julguei, que ao abrir o volume de *Insultos Impressos* está a abrir um livro. Corro a desfazer-lhe o engano, convencido que estou de que os nossos sentidos, mesmo quando não nos mentem, podem ocultar-nos a verdade mais verdadeira: o que se abre, à medida que viramos capa, folha de rosto e páginas iniciais desse novo trabalho de Isabel Lustosa, são as cortinas de um teatro. Leia o leitor com olhos de ver, e verá que o que ali vem designado, por peta de algum Arlequim, como Introdução é, na verdade, um prólogo à moda antiga, onde se apresentam o assunto, o local e os personagens do drama. A cena é o Rio de Janeiro; o tema são os embates que aqui travaram, de 1821 a 1823, os atores do nosso primeiro jornalismo político. Se por acaso, após alguns minutos, sentir-se o leitor algo perdido em meio às cuidadosas anotações biobibliográficas do texto, não se aflija: lembre-se que são apenas rubricas da autora da peça para orientar a construção dos personagens, e vá-se deixando acostumar aos poucos com eles. Seguindo o mosaico de cenas que se sucedem como nos filmes de Fellini, logo aprenderá a apreciar a elegância e a lucidez crítica de um Hipólito da Costa, a reconhecer o erudito e pitoresco conservadorismo de um José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, e a distingui-lo da bonomia liberal-radical de seu quase homônimo inimigo, João Soares Lisboa. Acompanhará as sinuosidades de Luís Augusto May, o Malagueta, entre o liberalismo e o oportunismo, e se espantará com o baixo nível da linguagem da mais alta figura da época, D. Pedro I, quando se punha a escrever artigos anônimos.

* Resenha de *Insultos Impressos*. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 497 p., de Isabel Lustosa. Publicada no Caderno Prosa e Verso, *O Globo*, 8.07.2000.

Entendamo-nos bem: se preferir dispensar as lunetas que lhe ofereço, ainda assim verá o leitor, com os olhos da cara, muita coisa interessante. Verá que se trata de trabalho sério e fundamentado, fruto de uma tese de doutorado em Ciência Política, e que vem se reunir a outros trabalhos recentes sobre a formação da opinião pública no momento da Independência, como as teses de Lúcia Bastos Neves sobre a cultura política da Independência e de Marco Morel sobre o espaço público no Rio de Janeiro daquele momento. Verá também que o novo livro de Isabel Lustosa prolonga o interesse anterior da autora pela relação entre jornalismo, política e sátira, que já nos tinha dado a obra *Brasil pelo Método confuso: Humor e boemia em Mendes Fradique*, analisando aquele humorista carioca dos anos 1910 a 1940.

O que, entretanto talvez não se veja com a mesma nitidez e colorido, sem o auxílio das minhas peculiares lunetas, é o caráter teatral que já está presente no próprio objeto desse novo estudo de Isabel. De fato, os jornais daquela primeira metade do século XIX configuram-se como o palco de um diálogo inflamado entre os redatores responsáveis por cada um deles, que se entendem menos como informadores e mais como formadores da opinião pública. A esses protagonistas vêm somar-se os coadjuvantes, autores de cartas publicadas pelos jornais, as quais por vezes não são mais que artifícios com que se travam os mais violentos debates. O ponto interessante é que toda essa gente busca a proteção da regra então vigente que permitia o anonimato, apresentando-se sob pseudônimos diversos. Acrescente-se a isso o fato de os atores principais desempenharem vários papéis, desdobrando-se em "correspondentes" de seus próprios jornais ou servindo de testas-de-ferro a figuras, e veremos que o debate tomava as feições de uma grande mascarada, na qual "Filodemos", "Malaguetas", "Macacos", "Silfos" e "Papagaios" terçavam armas em torno das questões mais graves do país. Claro está que o anonimato, para os principais participantes, era um segredo de Polichinelo, e não impediu que vários deles sofressem processos políticos, cadeia e até surras pesadas – que na linguagem da época chamavam-se "assassínios". De certo modo, ele repetia as práticas das sociedades (nem tão) secretas, como a Maçonaria e o Apostolado, importantes estruturas de ação política quando ainda inexisteriam partidos organizados, dotadas de rituais fortemente teatralizados. Até como local físico o teatro

cumpriu um papel relevante, não desdenhando o próprio imperador comparecer ao Teatro S. Pedro de Alcântara para dirigir-se diretamente à platéia, ou melhor, ao povo, em pronunciamentos políticos.

Não causa então surpresa que o texto dos jornais incorpore elementos da linguagem cênica, como os diálogos entre dois personagens fictícios, frequentemente caracterizados como um roceiro e um cidadão, discutindo as questões do momento. Ou ainda a divertida série de "visões de câmara ótica" encenadas pelo italiano Giuseppe Grondona no seu "Sentinela", que em cartões imaginários representam jornalistas e seus jornais em balanços alegóricos da situação da imprensa.

Foram porventura esses elementos dramáticos que levaram Isabel Lustosa a montar, como já disse, uma peça de teatro fingindo escrever um livro. Ela nem mesmo se priva de utilizar, ao final, depois da rápida queda do pano que significou em 1823 o fechamento da Assembléia Constituinte pelo imperador, o tradicional recurso narrativo de relatar-nos os destinos dos principais personagens após o encerramento da ação propriamente dita, antes de fechar o texto com um quase-posfácio, mais dissertativo, sobre os aspectos retóricos do discurso dos jornais analisados. Nele compreendemos melhor a importância da invectiva e dos ataques pessoais em que descambava a maioria dos jornais no calor da refrega, depois de terem enunciado seus altos propósitos educativos.

Tudo isso e muito mais nos é mostrado no palco das páginas da competente autora-diretora; porém, para entendermos melhor o que aí se passa, convido o leitor a ajustar seus binóculos e passar comigo aos bastidores. Digamos que lá se represente ainda uma outra peça, cuja ação nos descreva a composição – ou como se diz hoje, o *making of* – dos *Insultos Impressos*. Imaginemos que esta seja uma daquelas comédias italianas setecentistas, de Goldoni por exemplo, em que dois senhores sejam servidos por um criado, que termina passando a perna em ambos. No texto de Isabel, com efeito, vemos dois senhores disputarem a ação. Como ela diz logo de início, o livro "conta a história da Independência e, com ela, a do surgimento da nossa imprensa"; são duas

histórias "contadas junto". A segunda corresponde ao problema que deu origem à tese; a primeira, a uma ambição narrativa que além de ser indispensável para contextualizar a outra questão, ganha valor em si mesma. A história-problema faz parte da tradição universitária influenciada pelas ciências sociais, e tem uma velha história de brigas, hoje mais apaziguada, com a tradição da história-narrativa de que Isabel lança mão de forma interessante, revalorizando autores como Varnhagen e, mais próximos de nós, Hélio Viana e Otávio Tarquínio de Sousa. Querendo servir a esses dois senhores, Isabel deixa entretanto entrar pela janela o criado. Este já foi nobre, e deve apenas às variações da fortuna sua posição atual de subordinado: trata-se do ideal clássico de história, em nome do qual escreveu Heródoto, e que pretende preservar na memória dos pósteros, a grandeza dos feitos e das palavras dos que os precederam. Isabel o manifesta não apenas sob esta forma mas também naquela, próxima do antiquário, do amor ao detalhe pitoresco ou divertido. O que lhe permite evitar o escolho do aborrecido "tribunal da história", seguindo o fio de sua admiração aonde quer que ele vá, e chegando a um resultado profundamente humanista, capaz de entusiasmar-se igualmente com as ações de "gregos e bárbaros".